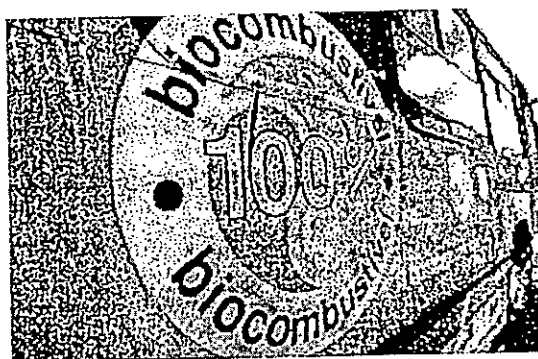


• PROPAGANDA NA LATERAL DOS VEÍCULOS

A venda de espaços publicitários nas laterais dos veículos pode ser uma alternativa para auxiliar no financiamento do transporte coletivo. Apesar de haver certa resistência por parte da Prefeitura, através da justificativa que causa poluição visual, os ônibus na cidade de Curitiba circulam com diversos tipos de campanhas publicitárias.

Com exceção dos vidros traseiros que são destinados a campanhas institucionais e educativas, a lateral dos veículos poderia ser destinada a venda de espaços publicitários para que recursos fossem captados visando a modicidade tarifária.

Segue abaixo alguns exemplos de ônibus com campanhas publicitárias ou exposições artísticas em Curitiba.

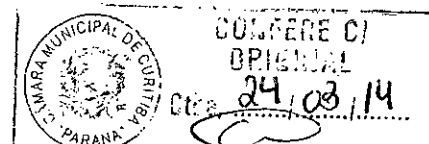


Para saber quanto isso poderia gerar de recursos ao sistema, tomamos como base os valores divulgados no site <http://www.bluelinemedia.com/bus-advertising/bus-exterior>, que vende anúncios para ônibus em diversas cidades no EUA, inclusive Nova Iorque.

Um anúncio pequeno, com 3,65m x 0,76m e área aproximada de 2,78m² de publicidade pode custar até R\$2.000,00 por mês. Esse valor pode ser muito maior, por exemplo, se houver um anúncio do tamanho da mostra artística de Regina Silveira para a Bienal 2013 mostrado acima no biarticulado.

Se levarmos em consideração que a frota do sistema todo é composta com aproximadamente 2000 ônibus e que pelo menos metade deles utilizaria a propaganda, teríamos 1000 ônibus gerando receitas de aproximadamente R\$ 2.000.000,00.

Esse valor corresponderia a 2,65% do custo mensal atual do sistema e poderia reduzir a



tarifa em até R\$0,08 .

- **MÍDIA INDOOR**

A mídia Indoor (televisores internos nos ônibus) no transporte coletivo foi concedida para a empresa Midiaplan Serviços de Mídia Out of Home LTDA, através da Concorrência Pública 3/12 da Secretaria de Administração. O contrato número 20292 da Concessão, que tem prazo de 15 anos até 08/06/2027, tem valor de outorga de R\$54.935.000,00.

Não há registro que esse valor esteja indo auxiliar na modicidade da tarifa do transporte coletivo, visto que o certame ocorreu dentro da estrutura da Secretaria da Administração.

Para estimar o que significa isso, divide-se os valores da Outorga pelo prazo da concessão. Seriam R\$305 mil por mês para financiar o transporte, que corresponde a R\$0,0120 na tarifa.

- **AUDITORIA NO SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA**

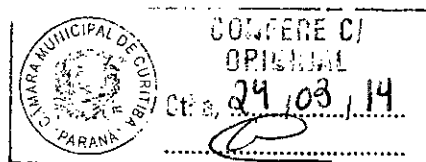
Uma auditoria externa deve ser realizada no sistema de bilhetagem para verificar a possibilidade de falhas, acesso remoto - conforme relatório de empresa especializada discurrido no item 4.3.1.3.c e também sugerir melhorias.

- **FISCALIZAÇÃO EFETIVA DO ISS**

A CPI mostrou que nunca houve fiscalização do recolhimento do ISS até 2013 e que houve pelo menos uma empresa que não recolheu corretamente o imposto municipal devido a um erro de base de cálculo por parte da URBS.

Deve haver uma fiscalização efetiva do ISS até mesmo como mecanismo de controle da quantidade de passagens vendidas, pois a arrecadação desse imposto é diretamente proporcional a quantidade de passagens vendidas.

Da mesma forma, entende-se que é possível uma revisão da Alíquota do ISS, visando reduzir a passagem.



• TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DA URBS PARA ORÇAMENTO FIXO

A taxa de Administração do FUC tem previsão legal. Porém a Lei ser refere apenas aos ambiente do município de Curitiba. A cobrança da taxa no Lote Metropolitano é passível de questionamento jurídico, apesar do Parágrafo Único do Art.2º da Lei 12.597/2008 que "através de instrumento legal próprio, as atribuições da URBS poderão ter abrangência metropolitana".

Outro ponto questionável é o conflito jurídico da cobrança de uma taxa por uma empresa de Economia Mista, que deve visar o Lucro. Como é taxa, toda a vez que a passagem aumenta, a URBS recebe mais recursos. Logo, sugere-se que sejam substituídos os dispositivos legais para que a URBS deixe de cobrar uma taxa para ter um custo fixo, não variável de acordo com a tarifa. A sugestão é que se modifique dispositivos da Lei 4369/1972.

Outro ponto questionável é o Poder de Polícia que a URBS exerce na fiscalização do Contrato. Conflitante com a sua natureza jurídica e questionável a realização dessa atividade por ela mesma, já que ela também é o órgão gerenciador.

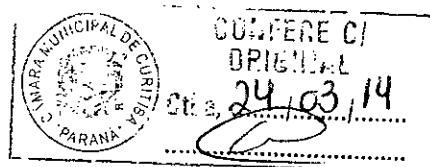
• OPÇÃO RADICAL PELO TRANSPORTE PÚBLICO

Modificar a forma de pagamento de Auxílio-transporte aos funcionários públicos Municipais instituído pela Lei 8704/95 e Decreto 507/96.

Nessa opção radical pelo transporte coletivo, os Funcionários Públicos poderiam receber um cartão transporte do Bilhete Único em vez de receber depositado o valor correspondente ao auxílio depositado em sua conta.

Se essa prática for adotada, estimando que existem 10.000 funcionários públicos municipais que recebem auxílio-transporte, seria possível aumentar a quantidade de passageiros pagantes equivalentes e reduzir a passagem em 1,75%.

1
B



SUGESTÕES AO GOVERNO ESTADUAL

- MANUTENÇÃO DA REDE INTEGRADA

Deve ser feito um esforço em conjunto com o Governo Municipal para que a Integração da Região Metropolitana seja mantida. Trata-se de uma conquista da população que não pode ser extinta.

- OPÇÃO RADICAL PELO TRANSPORTE PÚBLICO

Modificar a forma de pagamento de Auxílio-transporte aos funcionários públicos estaduais lotados na Região Metropolitana, instituído pela Lei Estadual 17.657/2013 e que tem caráter indenizatório.

Nessa opção radical pelo transporte coletivo, os Funcionários Públicos Estaduais que estão lotados Curitiba e que recebem Auxílio-transporte mensal no valor de R\$124,00, poderiam receber um cartão transporte do Bilhete Único em vez de receber depositado o valor em sua conta bancária.

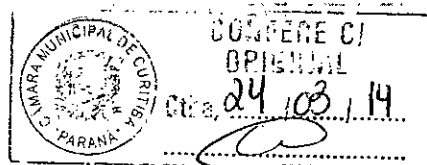
Se essa prática for adotada, estimando que existem 10.000 funcionários públicos estaduais em Curitiba que recebem o benefício, seria possível aumentar a quantidade de passageiros pagantes equivalentes e reduzir a passagem em até 1,75%.

- REDUÇÃO DO ICMS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO

A alíquota de compra de veículo novo é de 12%. Se for reduzido impacta duplamente na redução da tarifa, pois o valor a ser amortizado será menor, assim como a remuneração das empresas, pois as mesas farão menos investimentos.

- FINANCIAMENTO DE GRATUIDADES

Firmação de convênio com a Prefeitura para financiar o equivalente ao utilizado pelos Policiais Militares Fardados no Transporte Coletivo. Pode reduzir a passagem em até 0,78%.



SUGESTÕES AO GOVERNO FEDERAL

- OPÇÃO RADICAL PELO TRANSPORTE PÚBLICO

Modificar a forma de pagamento de Auxílio-transporte aos funcionários públicos federais lotados na Região Metropolitana, instituída pelo Decreto 2880/1998.

Nessa opção radical pelo transporte coletivo, os Funcionários Públicos Federais que estão lotados em Curitiba poderiam receber um cartão transporte do Bilhete Único em vez de receber depositado o valor em sua conta bancária.

- FINANCIAMENTO DE GRATUIDADES

Estabelecimento de convênio com a Prefeitura para financiar o equivalente ao utilizado pelos idosos no Transporte Coletivo. Pode reduzir a passagem em 7,21%.

- RESSALVAS DOS MEMBROS DA CPI

Seguem anexas ao final do presente relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, as ressalvas feitas pelos vereadores, membros desta Comissão, as quais integram o relatório.

Esse é o relatório.



BRUNO PESSUTI

RELATOR



JORGE BERNARDI

PRESIDENTE

